



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PROPOSTA N.º ⁶⁰⁷/2016

Aprovar o aumento do Capital Social e a consequente alteração dos Estatutos da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M, S.A, e mandar o representante do Município de Lisboa na assembleia geral para os votar favoravelmente, bem como submeter a presente proposta de alteração estatutária à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa.

Pelouros: Finanças, Património e Recursos Humanos – Vereador João Paulo Saraiva.

Considerando que:

1. As empresas do sector empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais, adiante abreviadamente RJAEL, pela lei comercial, pelos respectivos estatutos e subsidiariamente pelo regime do sector empresarial do Estado;
2. A EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., doravante abreviadamente designada por EMEL, é uma pessoa colectiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, constituída pelo município de Lisboa, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
3. A EMEL é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral que tem por objeto intervir na gestão e operação do sistema de apoio à mobilidade urbana, estacionamento e serviços associados, nomeadamente a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, sistemas de mobilidade eléctrica e produtos partilhados de mobilidade;
4. Ao longo da sua existência, a EMEL tem vindo a operar a fiscalização do estacionamento em zonas delimitadas da cidade de Lisboa que lhe eram definidas casuisticamente pela Câmara Municipal de Lisboa.
5. Até final de 2015, a EMEL tinha em exploração cerca de 52 mil lugares de estacionamento na via pública.
6. Através da Deliberação 236/AML/2016, da Assembleia Municipal de Lisboa, aprovada em 19 de julho de 2016, a área de intervenção da EMEL foi alargada a todo o território do concelho de Lisboa.
7. Concomitantemente, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou uma alteração ao Plano de Atividades e Orçamento da EMEL prevendo um significativo aumento do ritmo de expansão da empresa, o qual passará de 2.500 novos lugares/ano para cerca de 20 mil lugares/ano, obrigando a um significativo reforço dos meios da EMEL.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

8. Este aumento de capital social visa robustecer a estrutura de capital da empresa decorrente do alargamento da sua área de intervenção a todo o território do concelho de Lisboa, o que a obrigará à extensão da sua atividade para zonas marginais da cidade, especialmente vocacionadas para o estacionamento de residentes e de baixo índice de lugares de rotação, mas exigente em meios humanos e materiais.
9. Visa também preparar o futuro da empresa face aos novos desafios impostos pelo Município na área da mobilidade pedonal ou mecânica, nomeadamente a disponibilização à cidade de meios de mobilidade suave (escadas rolantes, elevadores e funicular), cuja gestão e manutenção tem vindo a ser cometida à empresa, aspetos melhor desenvolvidos no estudo de racionalidade económica e financeira em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante.
10. Atualmente o Município de Lisboa detém por via da obrigação da compensação anual devida pela EMEL à CML, prevista no ponto 4 da deliberação nº 73/AM/94, posteriormente alterada pela deliberação nº 87/AM/2001 e pela deliberação nº 83/AM/2005 e pela deliberação nº 36/CM/2012 e, por fim, pela deliberação nº 177/CM/2015, créditos no montante de €22.862.176,92 (vinte e dois milhões oitocentos e sessenta e dois mil cento e setenta e seis euros e noventa e dois cêntimos) relativos às receitas do estacionamento pago e à atividade de fiscalização exercida pela EMEL no concelho de Lisboa;
11. Em função dos créditos existentes entende-se que uma parte dos mesmos deve ser convertida num aumento do capital social da Empresa, promovendo-se a respetiva alteração estatutária;
12. O aumento do capital social deve ser concretizado mediante uma entrada em espécie composta pela conversão de parte do capital do crédito que a CML detém sobre a EMEL (já anteriormente identificado);
13. Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º dos estatutos da empresa prevê-se que a Assembleia-Geral seja constituída pelo acionista único, o Município de Lisboa, mais prevendo o n.º 2 do mesmo artigo que o representante do Município naquele órgão deliberativo seja designado pela Câmara Municipal de Lisboa, exercendo o mandato expresso que o Município previamente lhe conferir;
14. Nos termos da Proposta número 45/CM/2014, aprovada na reunião de Câmara de 19 de Fevereiro de 2014 e publicada no Boletim Municipal n.º 1045 (1.º suplemento), de 27 de Fevereiro, o Município de Lisboa faz-se representar na Assembleia Geral da EMEL pelo Exmo. Senhor Vereador Manuel Sande e Castro Salgado;
15. À Assembleia-Geral da EMEL compete ainda, nos termos da alínea g) do artigo 10.º dos Estatutos, *deliberar sobre quaisquer alterações aos estatutos e aumentos de capital*, após autorização da Câmara Municipal de Lisboa, nos termos da alínea b) do artigo 20.º dos referidos Estatutos;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

16. Esta alteração estatutária encontra-se prevista nos artigos 87.º e seguintes, em conjugação com o artigo 28.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais;
17. Afigura-se então necessário proceder à alteração da redação do atual artigo 21.º dos Estatutos, conforme proposta em anexo (II);
- 18.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1 - Mandatar o representante do Município de Lisboa para votar favoravelmente nos termos das disposições conjugadas dos artigos 10.º alínea g), e do artigo 20.º n.º 1 alínea b) dos estatutos da EMEL:

- O aumento do capital social da empresa, no montante de €18.000.000,00 (dezoito milhões de euros), de modo a perfazer um valor total de 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de euros) e a consequente alteração ao artigo 21º dos Estatutos, conforme Anexo II que se junta e se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;

2 – Submeter a presente proposta de alteração estatutária da EMEL, nos termos das alíneas ccc) do nº 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 22-A da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa.

Lisboa, 19 de Outubro de 2016.

O Vereador

Manuel Salgado

O Vereador

João Paulo Saraiva



DACM
Prop. n.º 607/2016
Fls. _____

C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXO II

Alteração dos Estatutos da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa E.M., S.A.

- I. Aos estatutos da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., é introduzida a seguinte alteração:

«CAPÍTULO IV

[...]

Artigo 21.º

[...]

1. O capital social da EMEL, integralmente realizado, é de €32.000.000,00 (trinta e dois milhões de euros), detido na sua totalidade pelo Município de Lisboa e encontra-se representado por trinta e dois milhões de ações com o valor nominal unitário de um euro.

2. (...).

DACM
Prop. n.º 607/2016
Fis. _____

Aumento do Capital Social da EMEL

Racionalidade económica e financeira

Índice

Sumário Executivo	3
Aumento do capital social da EMEL – racionalidade económica e financeira	5
1 – Perspetivas de evolução da atividade e do investimento 2016-2021.....	5
2 – Impacto das perspetivas de evolução no desempenho da EMEL	7
3 – Impacto das perspetivas de evolução na posição financeira da EMEL	8
3.1 Cenário 1: Capital Social = 14 000 000 €	8
3.2 Cenário 2: Capital Social = 32 000 000 €	9
3.3 Gráficos de comparação dos cenários	10
Anexos: Balanço Cenário 1 e Balanço Cenário 2	13
Balanço Cenário 1.....	15
Balanço Cenário 2.....	16

Sumário Executivo

Os desafios decorrentes da estratégia de mobilidade urbana concebida para a cidade e cuja implementação terá lugar nos próximos anos exigem à EMEL um esforço sem precedentes a todos os níveis.

Em particular, a empresa deverá acautelar uma posição financeira que lhe permita enfrentar este período com uma solidez capaz de mobilizar as melhores condições de financiamento. O aumento de capital social constitui justamente uma forma de robustecimento do equilíbrio financeiro da EMEL.

Apresentam-se neste documento os principais impactos na estrutura financeira da empresa decorrentes de um aumento do capital social de 18 M.

Os efeitos que se perspetivam traduzem-se numa posição financeira equilibrada, que se reflete numa evolução muito favorável dos principais indicadores:

- Autonomia Financeira: evolui de 29% em 2015 para 61% com o aumento de capital em 2016, mantendo-se permanentemente acima dos 40% ao longo de todo o período de análise. Sem o aumento perspetivava-se uma trajetória deste indicador que passaria por valores considerados de risco (em redor dos 20%)
- Solvabilidade – após a queda verificada em 2015 para os 41% o aumento de capital devolve sustentabilidade no imediato e fecha o período de análise em trajetória ascendente e já nos 80%.

Aumento do capital social da EMEL – racionalidade económica e financeira

1 – Perspetivas de evolução da atividade e do investimento 2016-2021

Enquanto empresa prestadora de serviços de interesse geral, a EMEL tem no cliente (cidadãos e cidadãs) o foco principal da sua atividade e a melhoria do seu bem-estar e qualidade de vida o fator impulsionador e agregador dos novos serviços e projetos que está a desenvolver quer ao nível do ordenamento e gestão do estacionamento quer no domínio da mobilidade partilhada, inclusiva e sustentável.

Ao longo da sua existência, a EMEL tem vindo a operar a fiscalização do estacionamento em zonas delimitadas da cidade de Lisboa que lhe eram definidas casuisticamente pela Câmara Municipal de Lisboa.

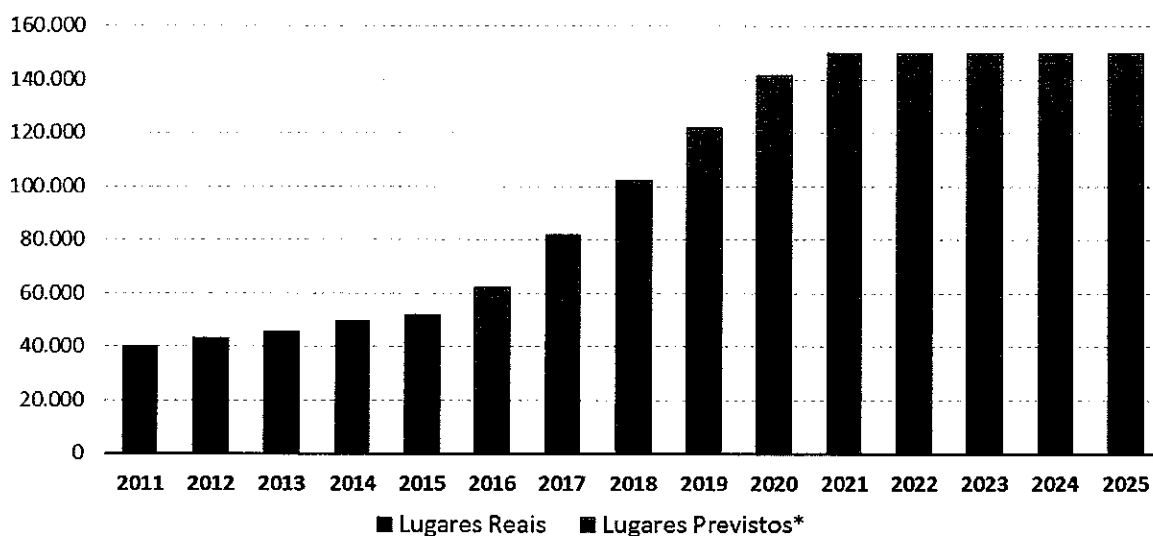
Até final de 2015, a EMEL tinha em exploração cerca de 52 mil lugares de estacionamento na via pública.

Através da Deliberação 236/AML/2016, da Assembleia Municipal de Lisboa, aprovada em 19 de julho de 2016, a área de intervenção da EMEL foi alargada a todo o território do concelho de Lisboa.

Concomitantemente, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou uma alteração ao Plano de Atividades e Orçamento da EMEL prevendo um significativo aumento do ritmo de expansão da empresa, o qual passará de 2.500 novos lugares/ano para cerca de 20 mil lugares/ano, obrigando a um significativo reforço dos meios da EMEL. Esta extensão da concessão de exploração de estacionamento na via pública à totalidade do território do município visa justamente responder às necessidades e anseios dos residentes e visitantes.

Esta alteração regulamentar implica que a EMEL promova, num período relativamente curto, o ordenamento do estacionamento em todas as zonas da cidade em que tal se revele necessário e conveniente, o que eleva a empresa para um novo patamar de oferta de estacionamento na via pública.

Lugares na Via Pública em Exploração

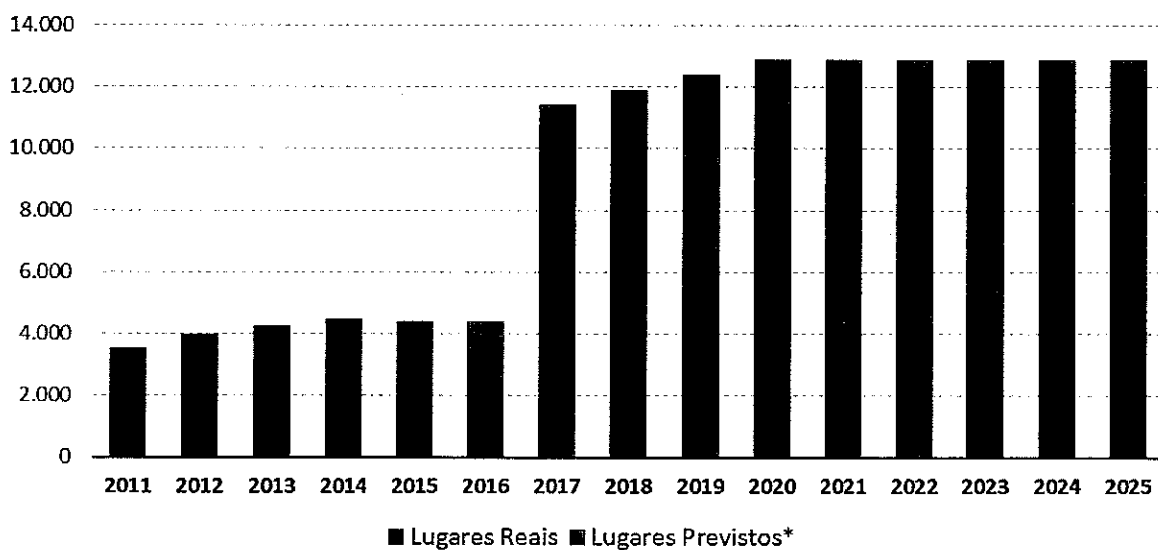


*o número de lugares apresentado após 2017 é ainda uma estimativa

A resolução dos problemas de mobilidade e de estacionamento dos cidadãos e cidadãs impõe igualmente que a EMEL implemente uma rede de parques de estacionamento vocacionados para os residentes, tendencialmente gratuitos ou com uma política de preços muito acessíveis, de modo a aumentar a oferta de estacionamento para os residentes e a desincentivar a utilização quotidiana do automóvel.

Em simultâneo, o objetivo de reduzir o transporte individual no interior da cidade, assumido pela CML, induz o desenvolvimento de uma coroa de parques de estacionamento dissuasores junto aos principais interfaces de transportes públicos.

Lugares em Parques em Exploração



* o número de lugares apresentado após 2017 é ainda uma estimativa

O comprometimento da EMEL com a estratégia do município de Lisboa em matéria de mobilidade urbana sustentável vai, porém, muito para além do ordenamento e gestão do estacionamento. A empresa está também ao serviço da promoção da acessibilidade e da mobilidade suave e partilhada como o comprovam, respetivamente, a construção de vários equipamentos mecânicos de apoio a percursos pedonais que ligam a Baixa à Colina do Castelo e o Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas.

Qualquer que seja o domínio em causa, a inovação e a modernização tecnológica estão sempre presentes como motor de investimento em novas formas de pagamento, de fiscalização, de comunicação e informação, designadamente.

Em face deste crescimento e diversificação de atividade, a EMEL tem previsto para o próximo quinquénio um plano de investimentos que ronda os 85 milhões de euros.

2 – Impacto das perspetivas de evolução no desempenho da EMEL

O plano de expansão previsto impactará diretamente no volume de rendimentos que a empresa arrecadará nos próximos anos e nos gastos que assumirá com FSE e com pessoal, estes últimos em linha com o necessário reforço do efetivo da empresa.

O alargamento planeado para a via pública far-se-á em direção a zonas cada vez mais periféricas e com menor pressão de procura de estacionamento, enquanto a rede de parques dissuasores e residenciais será alvo de uma política de preços baixos, o que se reflete num ritmo decrescente da evolução dos rendimentos.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Rendimentos	25.963.843	27.271.151	27.871.335	29.841.605	31.234.110	41.061.086	49.185.927	55.979.017	60.688.489	61.878.352
Gastos										
FSE	10.824.173	10.382.236	10.502.256	8.908.336	7.213.293	14.594.194	18.845.128	19.778.117	20.557.873	20.810.491
Pessoal	7.099.292	8.111.369	8.265.806	9.341.996	10.234.570	13.149.862	14.277.862	15.290.862	16.385.862	16.906.862
Fee CML*	3.856.606	3.771.829	5.793.443	6.332.000	6.578.707	9.416.799	11.651.130	13.519.230	14.814.335	15.141.547
Outros Gastos	1.937.534	317.380	590.216	313.272	185.041	83.722	0	0	0	0
EBITDA	2.246.239	4.688.338	2.719.613	4.946.001	7.022.499	3.816.509	4.750.526	7.390.807	8.930.420	9.019.452
Dep. e Amort.	1.052.115	1.167.886	1.294.725	1.658.693	1.835.163	3.149.598	4.262.684	6.156.322	6.582.084	6.878.527
EBIT	1.194.124	3.520.452	1.424.888	3.287.308	5.187.336	666.910	487.842	1.234.486	2.348.335	2.140.925
Gastos Financeiros	222.555	133.234	66.736	80.426	79.417	93.055	369.262	418.323	388.206	348.982
RAI	971.569	3.387.218	1.358.152	3.206.882	5.107.919	573.855	118.581	816.163	1.960.129	1.791.943
IRC	789.668	1.168.915	405.167	846.571	462.713	129.117	29.052	199.960	494.036	447.784
Resultado Líquido	181.901	2.218.303	952.985	2.360.311	4.645.206	444.738	89.528	616.203	1.466.094	1.344.159

*O apuramento do Fee de gestão é feito de acordo com as regras vigentes.

Apesar de numa fase inicial se observar um crescimento dos gastos mais acentuado que o dos rendimentos, a empresa consegue, permanentemente, gerar resultados positivos.

3 – Impacto das perspetivas de evolução na posição financeira da EMEL

Os indicadores financeiros abaixo apresentados revelam os impactos financeiros globais que incidem sobre a solidez da empresa e em que medida a estrutura financeira da EMEL é afetada pelo programa de atividades e de investimentos previsto até 2021.

As perspetivas de longo prazo serão bastante diferentes em função da robustez de capitais próprios que a empresa for capaz (ou não) de mobilizar via capital social, razão pela qual se apresentam 2 cenários contrastados de evolução do Capital Social, sendo que em ambos se considera, após 2017 inclusive, o pagamento integral do *fee* em cada exercício.

- **Cenário 1** prevê que o capital social se mantenha inalterado;
- **Cenário 2** considera um aumento de capital de 18 M€ e ainda o pagamento em espécie do remanescente *fee* em dívida no final de 2015.

3.1 Cenário 1: Capital Social = 14 000 000 €

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Autonomia Financeira (CP/Ativo)	40%	41%	50%	29%	28%	23%	20%	20%	22%	23%
Solvabilidade (CP/Passivo)	65%	70%	102%	41%	39%	30%	25%	25%	28%	30%

Em 2015 verifica-se uma queda dos principais indicadores de estrutura financeira, dando-se início a uma tendência que apenas será totalmente invertida já próximo do final do período de análise (em 2020). Naquele ano, o valor do capital próprio da EMEL chega mesmo a ficar aquém do capital social (ver Balanços em anexo).

Apesar de a empresa conseguir obter resultados positivos em todos os exercícios do período analisado, a implementação da estratégia de mobilidade desenhada para o município traduz-se num aumento muito significativo do ativo da EMEL e num crescimento pouco expressivo do capital próprio, levando a organização para uma posição financeira de menor equilíbrio. Numa perspetiva de médio e longo prazos assiste-se a uma deterioração dos indicadores de Autonomia Financeira e de Solvabilidade registando-se valores abaixo dos limiares de referência para análise de risco por parte dos financiadores – nesta dimensão há que referir os programas de apoio no âmbito do Portugal 2020 e do Horizonte 2020 em que é frequente a exigência de rácios de autonomia financeira superiores a 20%.

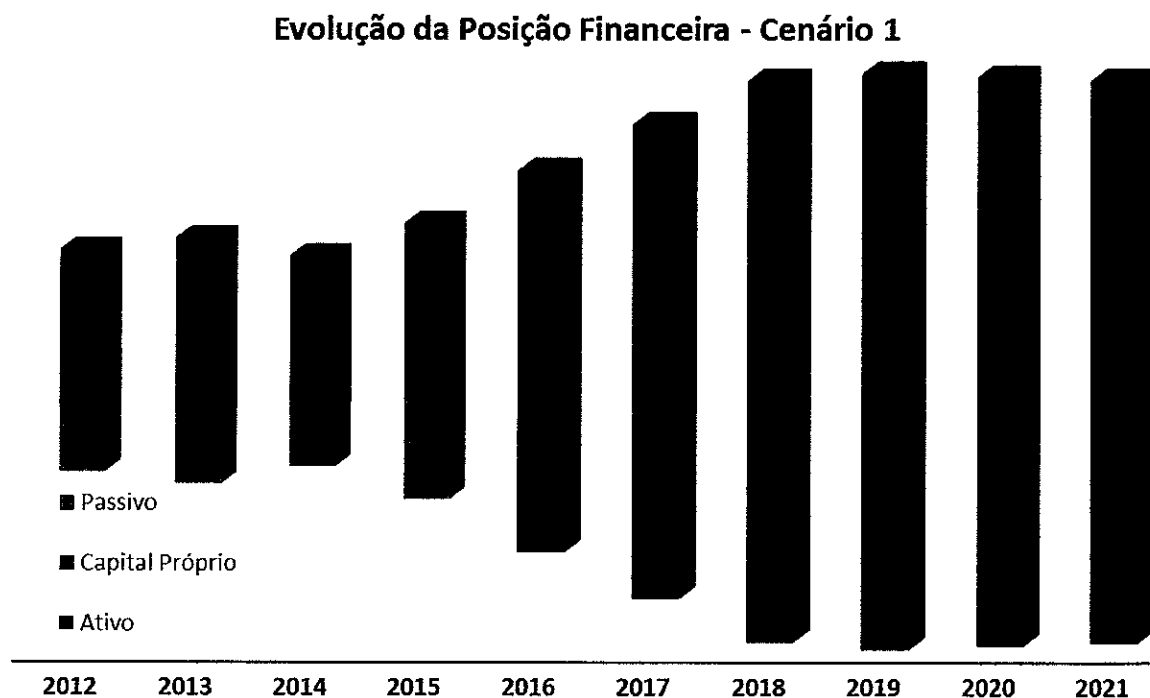
3.2 Cenário 2: Capital Social = 32 000 000 €

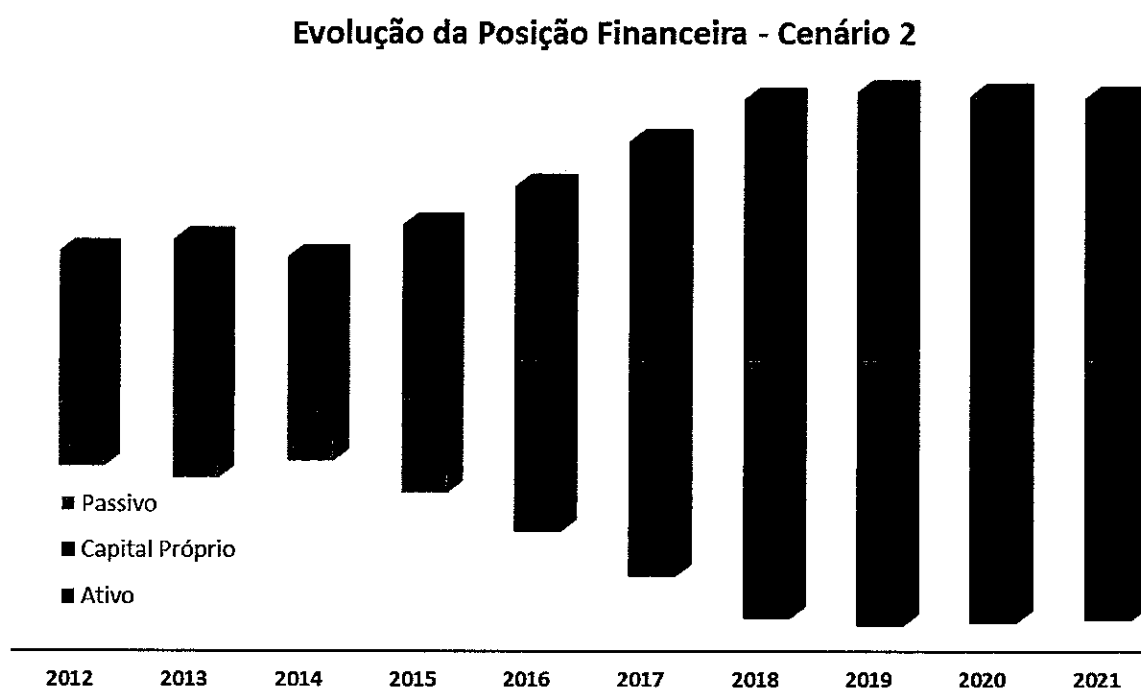
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Autonomia Financeira (CP/Ativo)	40%	41%	50%	29%	61%	49%	41%	40%	42%	44%
Solvabilidade (CP/Passivo)	65%	70%	102%	41%	154%	95%	69%	68%	74%	80%

Neste cenário considera-se um aumento de capital de 18 M€ por contrapartida do *fee* em dívida no final de 2015 que se cifra em 23 M€.

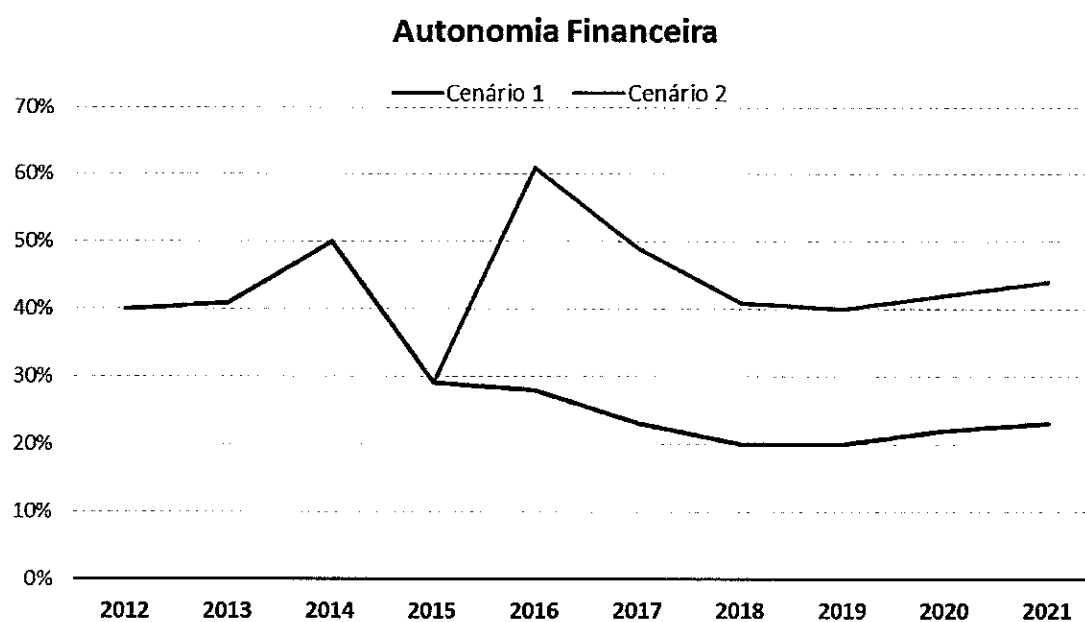
Com o aumento de capital social a estrutura financeira da EMEL sai robustecida numa perspetiva de médio e longo prazos. Apesar da exuberância assumida pelo capital próprio no momento em que tem lugar o aumento, nos exercícios subsequentes a empresa caminha no sentido do equilíbrio estrutural.

Esta trajetória evidencia a capacidade da EMEL para o desenvolvimento da estratégia de mobilidade que melhor serve os interesses da cidade e de quem a ela se desloca, de uma forma mais sólida e que potencia o recurso às melhores formas de financiamento disponíveis e nas condições mais favoráveis.

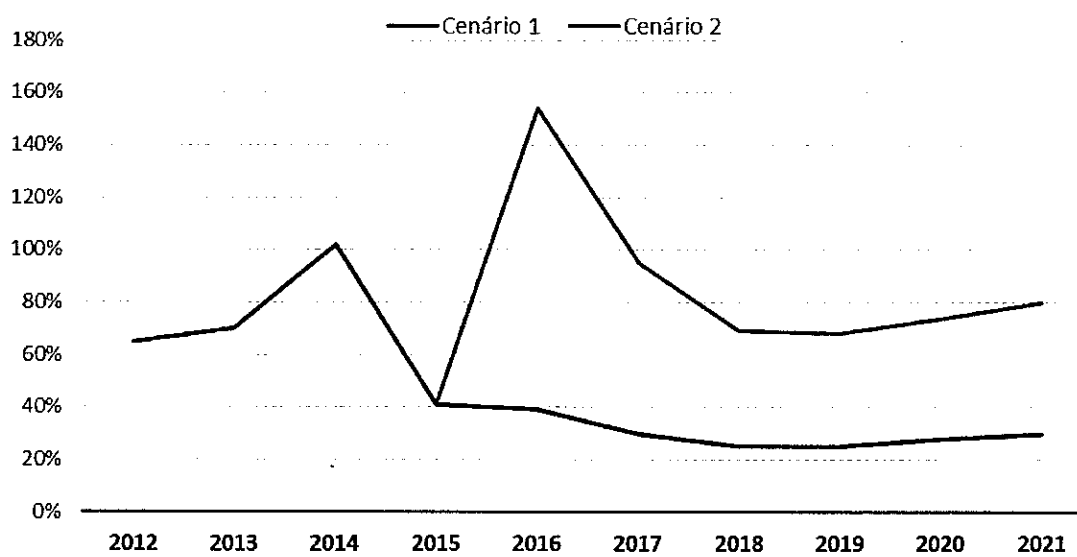




3.3 Gráficos de comparação dos cenários



Solvabilidade



AUTORIA:

Gabinete de Estudos e Planeamento da EMEL

Isabel Marques (Diretora)

Rui Duarte (Técnico Superior)

Anexos: Balanço Cenário 1 e Balanço Cenário 2

Balanco Cenário 1

Rúbricas	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
ATIVO										
<i>Ativo não corrente</i>										
Ativos fixos tangíveis	21.554.804	22.381.949	22.617.901	28.770.877	34.938.489	53.746.241	69.644.831	74.235.495	72.233.085	68.310.474
Propriedades de investimento	18.497.083	19.328.689	19.502.584	25.796.372	31.996.127	49.213.610	64.264.888	68.644.255	66.801.321	63.146.075
Goodwill	1.811.194	1.760.184	1.709.174	1.638.164	1.607.154	1.556.143	1.505.133	1.454.123	1.403.113	1.352.103
Ativos intangíveis	1.037.122	1.226.668	1.373.909	1.278.306	1.292.242	2.933.522	3.830.698	4.091.743	3.981.889	3.764.007
Ativos biológicos										
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial										
Participações financeiras - outros métodos										
Acionistas/sócios			735							
Outros ativos financeiros				6.535	11.466	11.466	12.613	13.874	15.261	16.787
Ativos por impostos diferidos	209.406	66.207	31.500	31.500	31.500	31.500	31.500	31.500	31.500	31.500
Investimentos financeiros (*)										
<i>Ativo corrente</i>	16.443.486	19.696.967	13.455.120	18.484.711	30.153.081	27.095.351	26.104.978	24.072.813	24.809.132	27.641.438
Inventários	39.636	47.878								
Ativos biológicos										
Clientes	820.919	360.833	320.892	194.967	209.683	209.683	209.683	209.683	209.683	209.683
Adiantamentos a fornecedores										
Estado e outros entes públicos	682.699	0	416.266	827.716	42.476	507.994	507.994	558.794	614.673	676.140
Acionistas/sócios										
Outras contas a receber	129.720	19.364	22.805	19.364	19.364	19.364	19.364	19.364	19.364	19.364
Diferimentos	6.187.596	5.823.385	5.437.238	5.465.196	14.982.557	25.674.696	24.505.485	23.043.005	22.180.525	21.618.044
Ativos financeiros detidos para negociação										
Outros ativos financeiros										
Ativos não correntes detidos para venda										
Outros ativos correntes										
<i>Caixa e depósitos bancários</i>	8.582.916	13.445.507	7.257.900	11.977.467	14.899.001	683.613	862.452	241.967	1.784.887	5.118.206
TOTAL DO ATIVO	37.998.290	42.078.915	36.073.021	47.255.588	65.091.570	80.841.592	95.749.810	98.308.307	97.042.216	95.951.311
Capital realizado	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000
Ações (quotas) próprias										
Outros instrumentos de capital próprio										
Prêmios de emissão										
Reservas legais	236.884	436.724	658.554	753.853	989.884	1.454.404	1.498.878	1.507.831	1.569.451	1.716.061
Outras reservas										
Resultados transferidos	617.235	599.296	2.595.768	-3.382.682	-1.258.402	2.922.283	3.322.547	3.403.123	3.957.706	5.277.190
Ajustamentos em ativos financeiros										
Excedentes de revalorização										
Outras variações no capital próprio										
Resultado líquido do período	181.901	2.218.303	952.985	2.360.311	4.645.206	444.738	89.528	616.203	1.466.094	1.344.159
Interesses minoritários										
<i>Dividendos antecipados</i>										
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	15.036.019	17.254.322	18.707.307	13.731.482	18.376.888	18.827.425	18.910.954	19.577.157	20.993.251	22.337.410
PASSIVO										
<i>Passivo não corrente</i>										
Provisões	4.631.067	4.150.000	3.716.260	3.257.151	2.939.321	19.122.945	33.806.568	35.747.812	32.409.370	29.062.923
Financiamentos obtidos	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	4.481.067	4.000.000	3.566.260	3.107.151	2.789.321	18.972.945	33.656.568	35.597.812	32.259.370	28.912.923
Passivos por impostos diferidos										
Outras contas a pagar										
<i>Passivo corrente</i>	18.331.204	20.674.593	14.149.455	30.266.956	43.775.561	42.897.222	43.032.288	43.033.339	43.639.596	44.551.579
Fornecedores	13.155.215	11.313.163	9.172.138	24.792.592	32.194.063	33.429.795	33.429.796	35.101.286	35.978.818	36.878.288
Adiantamentos de clientes										
Estado e outros entes públicos										
Acionistas/sócios										
Financiamentos obtidos	1.400.743	487.816	145.942	306.975	316.377	316.377	3.058.756	3.338.442	3.346.447	3.354.643
Outras contas a pagar	2.384.831	7.992.916	9.365.983	3.259.791	9.160.297	6.710.415	3.940.276	1.813.075	1.426.443	1.304.138
Diferimentos	718.368	692.695	889.791	1.026.006	1.106.806	1.083.181	1.110.260	1.138.017	1.081.116	1.027.060
TOTAL DO PASSIVO	22.962.271	24.824.931	17.865.714	33.524.106	46.714.882	62.020.167	76.838.856	78.781.151	76.048.866	73.614.502
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	37.998.290	42.078.915	36.073.021	47.255.588	65.091.570	80.841.592	95.749.810	98.308.308	97.042.217	95.951.911

Balanco Cenário 2

Rúbricas	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
ATIVO										
<i>Ativo não corrente</i>	21.554.804	22.381.949	22.617.901	28.770.877	30.438.489	49.246.241	65.252.212	69.900.237	67.922.423	64.015.779
Ativos fixos tangíveis	18.497.083	19.328.689	19.502.584	25.796.372	27.496.127	44.713.610	59.764.888	64.144.255	62.301.321	58.646.075
Propriedades de Investimento Goodwill	1.811.194	1.760.184	1.709.174	1.658.164	1.607.154	1.556.143	1.505.133	1.454.123	1.403.113	1.352.103
Ativos intangíveis	1.037.122	1.228.868	1.373.909	1.278.306	1.292.242	2.993.522	3.938.078	4.256.485	4.171.227	3.969.313
Ativos biológicos										
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial										
Participações financeiras - outros métodos										
Acionistas/sócios			735							
Outros ativos financeiros				6.535	11.466	11.466	12.613	13.874	15.251	16.787
Ativos por impostos diferidos	209.405	66.207	31.500	31.500	31.500	31.500	31.500	31.500	31.500	31.500
Investimentos financeiros (*)	16.443.486	19.686.967	19.455.120	18.484.711	30.153.081	27.095.351	25.998.904	24.011.361	24.791.843	27.668.005
Inventários	39.636	47.878								
Ativos biológicos										
Clientes	820.919	360.833	320.892	194.967	209.683	209.683	209.683	209.683	209.683	209.683
Adiantamentos a fornecedores										
Estado e outros entes públicos										
Acionistas/sócios	682.099		0	827.716	42.476	507.994	507.994	558.794	614.673	676.140
Outras contas a receber	129.720	19.364	22.805	19.364	19.364	19.364	19.364	19.364	19.364	19.364
Diferimentos	6.187.596	5.823.385	5.437.258	5.465.196	14.982.557	25.674.696	24.505.485	23.043.005	22.180.525	21.618.044
Ativos financeiros detidos para negociação										
Outros ativos financeiros										
Ativos não correntes detidos para venda										
Outros ativos correntes										
<i>Caixa e depósitos bancários</i>	8.582.916	13.445.507	7.257.900	11.977.467	14.899.001	683.613	756.378	180.515	1.767.598	5.144.772
TOTAL DO ATIVO	37.998.290	42.078.915	36.073.021	47.255.588	60.591.570	76.341.592	91.251.116	93.911.598	92.714.266	91.683.784
Capital realizado	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000	32.000.000	32.000.000	32.000.000	32.000.000	32.000.000	32.000.000
Ações (quotas) próprias										
Outros instrumentos de capital próprio										
Prêmios de emissão										
Reservas legais										
Outras reservas	236.884	436.724	658.554	753.853	989.894	1.493.404	1.538.268	1.547.614	1.609.614	1.756.559
Resultados transitados										
Ajustamentos em ativos financeiros	617.235	599.296	2.595.768	-3.382.682	-1.258.402	3.273.283	3.677.057	3.761.166	4.319.174	5.641.671
Excedentes de revalorização										
Outras variações no capital próprio										
Resultado líquido do período	181.901	2.218.303	952.985	2.360.311	5.035.206	448.638	93.454	520.009	1.469.441	1.347.198
Interesses minoritários										
Dividendos antecipados										
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	15.036.019	17.254.322	18.207.307	13.731.482	36.766.688	37.215.325	37.308.780	37.928.789	39.398.229	40.745.427
PASSIVO										
<i>Passivo não corrente</i>	4.631.067	4.150.000	3.716.260	3.257.151	2.939.321	18.622.945	33.306.568	35.288.628	31.991.003	28.685.372
Provisões	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000
Financiamentos obtidos										
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	4.481.067	4.000.000	3.566.260	3.107.151	2.789.321	18.472.945	33.156.568	35.138.628	31.841.003	28.535.372
Passivos por impostos diferidos										
Outras contas a pagar										
<i>Passivo corrente</i>	18.331.204	20.674.593	14.149.455	30.266.956	20.885.561	20.503.322	20.635.768	20.694.182	21.325.034	22.252.985
Fornecedores	13.155.215	11.313.163	3.172.138	24.792.592	9.304.083	15.986.013	13.080.027	12.451.527	12.642.348	12.977.107
Adiantamentos de clientes										
Estado e outros entes públicos	672.047	788.004	575.600	881.591	998.019	1.357.455	1.493.200	1.642.520	1.806.772	1.987.449
Acionistas/sócios										
Financiamentos obtidos	1.400.743	487.816	145.942	306.975	316.377	316.377	3.017.940	3.297.625	3.305.631	3.313.827
Outras contas a pagar	2.384.831	7.392.916	9.365.983	3.259.791	9.160.297	9.160.297	1.934.341	2.164.493	2.489.167	2.862.541
Diferimentos	718.368	682.695	889.791	1.026.006	1.105.806	1.083.181	1.110.260	1.138.017	1.081.116	1.112.050
TOTAL DO PASSIVO	22.967.271	24.824.593	17.865.714	33.524.106	23.824.882	39.126.266	53.942.136	55.982.810	53.316.037	50.938.357
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	37.998.290	42.078.915	36.073.021	47.255.588	60.591.570	76.341.592	91.251.116	93.911.599	92.714.266	91.683.784

**Relatório do Revisor Oficial de Contas nos termos
do artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais**

Aos Acionistas de
EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

Introdução

1. O presente relatório destina-se a dar cumprimento ao art.º 28.º do Código das Sociedades Comerciais, relativamente a entradas em espécie a efetuar pelo acionista Câmara Municipal de Lisboa, no valor de € 18.000.000,00, para realização de 18.000.000 de ações por si subscritas no capital de EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., com o valor nominal de € 1,00, a que corresponde um aumento do capital social de € 18.000.000,00.
2. A entrada em espécie consiste na conversão de créditos detidos por Câmara Municipal de Lisboa sobre EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., com o valor nominal de € 18.000.000,00.
3. Os referidos créditos foram por nós avaliados em € 18.000.000,00, de acordo com o respetivo valor nominal.

Responsabilidades

4. É de nossa responsabilidade a razoabilidade da avaliação dos créditos a converter e a declaração de que o valor encontrado é suficiente para a realização de capital pretendida.

Âmbito

5. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria (DRA) 841 - Verificação das Entradas em Espécie para Realização de Capital das Sociedades, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se os valores das entradas atingem ou não o valor nominal das ações atribuídas aos acionistas que efetuaram tais entradas. Para tanto, o referido trabalho incluiu:

Direct tel +351 213 182 720 | Mobile +351 961 696 546

Direct fax +351 213 140 184 | Email ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4º Piso, Letras H e O, 1050 – 094 Lisboa | Portugal

Contribuinte n.º 504 046 683
Capital Social € 50 000

Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 9005

PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

- a) a verificação da existência dos créditos a converter em capital social;
 - b) a verificação da titularidade dos referidos créditos a converter e da existência de eventuais ónus ou encargos;
 - c) a adoção de critérios adequados na avaliação dos mesmos; e
 - d) a sua avaliação.
6. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão da nossa declaração.

Declaração

7. Com base no trabalho efetuado, declaramos que os valores encontrados atingem o valor das ações atribuídas ao acionista que efetua tal entrada.

Lisboa, 24 de Outubro de 2016



PKF & Associados, SROC, S.A.
Representada por
José Manuel Parada Ramos, ROC nº 1121



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovadas na Reunião de Câmara Extraordinária de 27 de outubro de 2016, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Proposta n.º 594/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Ratificar o Despacho que aprovou a 22.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	7 (5PS e 2Ind.)	4 (1PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)	-

Proposta n.º 595/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar a 23.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	7 (5PS e 2Ind.)	3 (1CDS/PP e 2PCP)	1 (PPD/PSD)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 607/2016

(Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Manuel Salgado)

Aprovar o aumento do Capital Social e a consequente alteração dos Estatutos da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., e mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral para os votar favoravelmente, bem como submeter a presente proposta de alteração estatutária à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9 (7PS e 2Ind.)	6 (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)	-

Proposta n.º 608/2016

(Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Duarte Cordeiro)

Aprovar o financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa da lista de projetos objeto de parecer favorável pelo Comité de Investimentos, bem como aprovar a transferência das verbas para a Associação de Turismo de Lisboa e submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a respetiva repartição de encargos, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9 (7PS e 2Ind.)	2 (PCP)	4 (3PPD/PSD e 1CDS/PP)

Proposta n.º 609/2016

(Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Jorge Máximo)

Autorizar a escolha do procedimento por Concurso Público, com Publicidade Internacional, para "Aquisição de Serviços de Telecomunicações para o Município de Lisboa", bem como aprovar as peças do procedimento, designar o júri e autorizar a despesa inerente, submetendo à Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 610/2016 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar o realojamento definitivo de agregados familiares desalojados, provisoriamente, de fogos particulares pela Câmara Municipal de Lisboa, para a realização de obras, no âmbito de operações de reabilitação urbanística, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 571/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar a atribuição de apoio financeiro e não financeiro à Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, para o ano de 2016, com vista à implementação da parede de escalada no Parque Vale do Silêncio, e respetiva minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (5PS, 2Ind., 1PPD/PSD e 2PCP)	1 (CDS/PP)	-

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 27 de outubro de 2016

O Presidente


Fernando Medina